Manifesto Parlamentares pela Segurança Pública: Compromissos acima das diferenças

A violência no Brasil impõe perdas humanas irreparáveis, restringe liberdades, gera medo e insegurança e compromete o desenvolvimento do país. Enfrentá-la exige priorizar a segurança pública na agenda política nacional. Exige, também, mais do que respostas imediatistas, simbólicas ou baseadas exclusivamente no endurecimento penal: requer compromisso com políticas verdadeiramente eficazes, orientadas por evidências e capazes de enfrentar, de forma consistente, as dinâmicas que sustentam a criminalidade e a violência.

No entanto, o debate público e a atuação legislativa recente têm sido marcados por propostas de alto apelo retórico, mas de efetividade limitada, frequentemente centradas em soluções simplificadoras e exclusivamente punitivistas, que pouco têm contribuído para reduzir a violência de forma sustentável. Superar esse padrão é fundamental para avançar em uma agenda legislativa que produza resultados concretos para a segurança da população.

O Instituto Sou da Paz lançou a campanha "Vote pela Paz", uma agenda de propostas concretas para transformar a segurança pública que já está sendo entregue a candidaturas ao Executivo estaduais e federal. E no período eleitoral também convoca futuros parlamentares a assumirem um compromisso firme com a população à altura da urgência da segurança pública e de seu impacto na vida de milhões de brasileiros. Para isso, o Sou da Paz propõe o presente manifesto. Ao aderir a ele, candidatas e candidatos afirmam publicamente seu compromisso com uma atuação parlamentar orientada pela proteção da vida, pelo fortalecimento da capacidade do Estado de enfrentar a violência e pela construção de soluções concretas, qualificadas, efetivas e democráticas.

Este manifesto se desdobra nos seguintes compromissos para a atuação legislativa:

1. Legislar com responsabilidade, com base em evidências, transparência e compromisso com a efetividade

O enfrentamento da violência exige seriedade na formulação legislativa, que deve ser embasada em diagnósticos consistentes, dados confiáveis e avaliação de impacto. Isso implica evitar medidas de baixo efeito concreto e priorizar iniciativas capazes de reduzir consistentemente a violência. Demanda, ainda, incorporar a análise de impacto orçamentário e a capacidade de implementação do Estado, por meio da exigência de estimativas de custo, definição de fontes de financiamento e avaliação de viabilidade operacional das medidas propostas. Também é fundamental promover a produção e integração de dados, com a definição de padrões mínimos nacionais, a transparência ativa das informações e a institucionalização de mecanismos de monitoramento e avaliação contínua das políticas de segurança, como forma de qualificar decisões e ampliar o controle social.

2. Colocar a proteção da vida no centro da política de segurança pública

A redução de homicídios deve orientar as prioridades legislativas, a destinação de recursos e o desenho institucional. Isso exige fortalecer a capacidade do Estado de prevenir, investigar e responder a esses crimes, com ampliação da capacidade investigativa, integração de dados e cooperação entre instituições e entes federativos. Isso demanda do legislativo definir diretrizes e instituir mecanismos que orientem a adoção e o monitoramento de metas e indicadores de redução de homicídios, aprimorar marcos legais que fortaleçam a investigação, como a obrigatoriedade de que os estados divulguem índices de elucidação, e induzir a integração entre sistemas de informação. Implica também assegurar previsibilidade e vinculação de recursos para políticas voltadas à redução da violência letal, bem como apoiar a implementação de programas baseados em evidências que tenham impacto comprovado na redução de homicídios.

3. Garantir o direito à circulação segura e enfrentar crimes patrimoniais com inteligência e tecnologia

A segurança pública deve assegurar o direito à vida cotidiana sem medo, permitindo que as pessoas vivam a cidade com liberdade. Cabe ao legislativo, nesse sentido, viabilizar instrumentos mais eficazes de enfrentamento a crimes patrimoniais, como o roubo e furto de celulares. Medidas como o rastreamento e bloqueio de aparelhos a partir do IMEI, associadas à responsabilização de cadeias de receptação, têm se mostrado eficazes para desestruturar mercados ilegais. Assim, torna-se necessário modernizar a legislação sobre crimes digitais e assegurar condições normativas e orçamentárias para o uso qualificado desse tipo de tecnologia.

4. Valorizar e promover a profissionalização das forças de segurança pública

Valorizar e profissionalizar as forças de segurança pública é uma das condições para melhorar a qualidade da resposta do Estado à violência. Isso exige, no plano legislativo, assegurar melhores condições de trabalho, com atenção à saúde física e mental dos profissionais, à garantia de direitos trabalhistas e previdenciários e à redução de fatores de risco associados à atividade policial. Implica também fortalecer políticas de formação e capacitação continuada, orientadas por evidências e boas práticas, bem como aprimorar critérios de ingresso, progressão e avaliação de desempenho. Ao mesmo tempo, é fundamental consolidar padrões de atuação, mecanismos de supervisão e responsabilização e promover a integridade das instituições policiais.

5. Enfrentar o poder econômico e bélico do crime organizado e reduzir a circulação ilegal de armas e munições

Reduzir a violência passa por desestruturar as redes que sustentam o crime organizado, tanto do ponto de vista financeiro quanto do acesso a armamentos. No campo legislativo, isso se desdobra em aprimorar marcos legais que fortaleçam a investigação financeira e o enfrentamento à lavagem de dinheiro, inclusive por meio do fechamento de brechas que permitem a atuação de devedores contumazes e outras formas de financiamento ilícito.

Também é essencial avançar na regulação, no controle e na rastreabilidade de armas e munições, com o aperfeiçoamento dos sistemas de marcação e rastreamento, a qualificação e integração dos bancos de dados sobre armas apreendidas e a padronização de procedimentos entre as diferentes instituições. Isso inclui enfrentar desvios no mercado legal — como fragilidades na regulação de CACs e estabelecimentos comerciais — e atualizar a legislação diante de novas formas de produção e circulação, como a fabricação clandestina e o uso de tecnologias emergentes, fortalecendo a capacidade do Estado de identificar fluxos, interromper rotas e responsabilizar as redes envolvidas.

6. Enfrentar de forma estruturada a violência contra mulheres e meninas e reduzir as desigualdades na exposição à violência e na vitimização

O enfrentamento da violência de gênero deve ser uma das prioridades da agenda de segurança pública. Ao legislativo cabe, portanto, fortalecer os mecanismos de prevenção, proteção e responsabilização, com o aprimoramento de marcos legais que garantam maior efetividade às medidas protetivas, inclusive por meio do monitoramento de agressores e da integração de sistemas de alerta e resposta rápida. Também é fundamental induzir a adoção de protocolos unificados de atendimento, qualificar a atuação das instituições de segurança e justiça e assegurar a integração entre segurança pública, saúde e assistência social.

Ademais, é necessário incorporar, na formulação das políticas, o reconhecimento de que a violência atinge de forma desproporcional mulheres, jovens, pessoas negras, moradores de territórios vulnerabilizados, pessoas com deficiência e populações LGBTQIA+. Isso implica aprimorar a produção e a integração de dados sobre violência, fortalecer mecanismos de identificação e

gestão de risco, e garantir que as políticas de segurança sejam orientadas por diagnósticos que permitam respostas mais eficazes, equitativas e sensíveis às diferentes formas de vitimização.

Ao assumir estes compromissos, candidatas e candidatos reafirmam sua disposição de contribuir para a construção de políticas de segurança pública mais eficazes, justas e orientadas à proteção da vida, baseadas em evidências, responsabilidade institucional e compromisso com resultados, condição indispensável para o fortalecimento da democracia e para a construção de um país seguro.